

SUMÁRIO (volume 1)

<i>Prefácio</i>	13
-----------------------	----

PARTE 1 – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

<i>Estado de Crise Econômico-Financeira do Estado e Suspensão dos Direitos e Garantias dos Contribuintes</i>	
– ANDRÉ L. COSTA-CORRÊA	25
<i>Reflexões sobre o Federalismo no Brasil</i>	
– EDUARDO MARCIAL FERREIRA JARDIM	45
<i>Inconstitucionalidade da Tributação do Mínimo Existencial</i>	
– HUGO DE BRITO MACHADO	55
<i>O Princípio da Livre Concorrência sob a Ótica do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 186/2014</i>	
– IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	64
<i>A Jurimetria como Elemento Essencial na Formulação de Políticas Públicas para Transparência na Justiça</i>	
– JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBEIRO	73
<i>O Princípio da Federação, Soares de Melo e uma Obra “Federal”</i>	
– JOSÉ ROBERTO VIEIRA	79
<i>Capacidade Contributiva na Realidade</i>	
– RICARDO MARIZ DE OLIVEIRA	113
<i>Delimitação Semântica do Princípio da Capacidade Contributiva</i>	
– RODRIGO DE MORAES PINHEIRO CHAVES	124

PARTE 2 – IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

<i>Imunidades: Competência e Limites da Regulamentação Infraconstitucional</i>	
– CLÉLIO CHIESA	147
<i>Breves Considerações Acerca da Imunidade das Instituições de Educação Sem Fins Lucrativos – Art. 150, VI, “c”, da CF/1988</i>	
– LUIZ FERNANDO MUSSOLINI JR.	161
<i>Escólios sobre o Acórdão do STF Concernente à Imunidade do Livro Digital e do seu Suporte</i>	
– OSWALDO OTHON PONTES DE SARAIVA FILHO	168
<i>Breves Considerações sobre o Conceito de Imunidade Tributária</i>	
– THAIS HELENA MORANDO	182

PARTE 3 – NORMAS GERAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

<i>Comprovação de Capacidade Técnica de Engenharia nas Licitações Nacionais e Internacionais</i>	
– ADILSON ABREU DALLARI	193

<i>Solidariedade nas Obrigações Tributárias: Limites Normativos</i>	
– CAIO AUGUSTO TAKANO	199
<i>Grupo Econômico: Implicações Tributárias e Responsabilidade Solidária</i>	
– CARLOS AMÉRICO DOMENEGHETTI BADIA e CAIO LÚCIO MOREIRA	213
<i>O Protesto da Certidão de Dívida Ativa Tributária e a “Convalidação” de Sanção Política pelo STF</i>	
– DANIEL MORETI	233
<i>Da Discriminação Inconstitucional de Contribuintes Honestos pela Eficácia Constitutiva das Declarações Fiscais Obrigatórias (Súmula 436/STJ e Afins)</i>	
– DOUGLAS YAMASHITA	251
<i>Considerações sobre o Art. 166 do CTN</i>	
– EDUARDO MANEIRA e LUIS EDUARDO MANEIRA	264
<i>Os Novos Tempos, a Importância da Informação e sua Guarda: Armazenamento em “Data Center” e sua Tributação</i>	
– ELIDIE PALMA BIFANO	284
<i>Sigilo Fiscal e Deveres de Colaboração: os Limites da “Transferência de Sigilo” com Base no Posicionamento do STF</i>	
– ESTEVÃO HORVATH	299
<i>Apointamentos sobre a Reforma Tributária no Brasil</i>	
– EVERARDO MACIEL	313
<i>Tributação, Legalidade e Densidade Normativa – Reflexões Atuais</i>	
– FÁBIO PALLARETTI CALCINI	325
<i>Responsabilidade Tributária dos Administradores de Entidades de Prática Desportiva Profissional</i>	
– FELIPE FERREIRA SILVA	344
<i>Reflexões sobre a Transação Tributária no Brasil e sua Aderência ao Princípio da Supremacia do Interesse Público</i>	
– FERNANDA DRUMMOND PARISI	354
<i>Novas Tecnologias e a Tributação sobre o Consumo</i>	
– FERNANDO AURELIO ZILVETI e MARÍLIA DE PRINCE RASI FAUSTINO	372
<i>A Reserva Legal para Reduzir ou Extinguir Tributos e os 50 Anos do Código Tributário Nacional</i>	
– FERNANDO FACURY SCAFF	387
<i>Do “Bis in Idem” ao “Solve et Repete”: o “Leviathan” Paulistano Ataca – Aforismos e Desafios</i>	
– GERD WILLI ROTHMANN	399
<i>Arbitramento no Direito Tributário: Parâmetros Balizadores</i>	
– JÚLCIRA MARIA DE MELLO VIANA LISBOA e CLAUDIO DE ABREU	413
<i>Reexaminando Posições Doutrinárias e Jurisprudenciais a Respeito do Lançamento por Homologação, sua Natureza Jurídica, Decadência e Prescrição</i>	
– MOISÉS AKSELRAD	426
<i>A Tributação da Receita – Uma Abordagem Multidisciplinar da Matéria</i>	
– NATANAEL MARTINS	446
<i>Os 50 Anos do Código Tributário Nacional</i>	
– REGINA HELENA COSTA	471
<i>A Aplicação das Regras de Fonte às Operações da Economia Digital</i>	
– ROBERTO FRANÇA DE VASCONCELLOS	478
<i>O Art. 166 do CTN e a Absurda Interpretação Limitadora do Direito do Sujeito Passivo de Reaver o que Pagou Indevidamente</i>	
– RODRIGO ANTONIO DA ROCHA FROTA	492

<i>A Constituição do Crédito Tributário e a Disciplina do Lançamento segundo o Código Tributário Nacional – Tipos de Lançamento</i>	
– SACHA CALMON	497
<i>Efeitos dos International Financial Reporting Standards/IFRS e da Lei 12.973/2014 sobre a Interpretação da Legislação Tributária Anterior</i>	
– SERGIO ANDRÉ ROCHA	518
<i>Notas para uma Definição do Conceito Científico-Jurídico de “Benefícios Fiscais”</i>	
– TÁREK MOYSÉS MOUSSALLEM e STÉFANO VIEIRA MACHADO FERREIRA	528
<i>Algumas Notas sobre Interpretação das Leis e a Delegação Legislativa Tributária em Face do Princípio da Legalidade Estrita. A Questão das Obrigações Acessórias</i>	
– VITTORIO CASSONE	538

PARTE 4 – PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

<i>O Processo Administrativo Tributário como Instrumento de Desoneração do Poder Judiciário em Lides Tributárias</i>	
– EDUARDO DOMINGOS BOTTALLO	561
<i>Processo Administrativo Tributário Estadual (SP). Elogios, Críticas e Sugestões</i>	
– EDUARDO SOARES DE MELO	574
<i>Voto de Minerva e o CARF: Voto de Sabedoria para Quem?</i>	
– JAMES MARINS e NATÁLIA BRASIL DIB	607
<i>O Processo Administrativo Tributário Paulista – Aspectos Relevantes</i>	
– JOSÉ ORIVALDO PERES JR.	616
<i>O Voto de Qualidade no Julgamento de Recursos em Processo Administrativo Tributário</i>	
– MÁRCIO SEVERO MARQUES	640
<i>O Processo Administrativo Tributário e sua Interação com as Regras do Código de Processo Civil/2015</i>	
– MARCOS NEDER e LARISSA PIMENTEL	653
<i>A Prova do Dolo em Matéria Tributária</i>	
– MARIA RITA FERRAGUT	669
<i>Panorama Analítico de Aplicação do Princípio da Dialecticidade Recursal na Seara do Processo Administrativo Tributário Paulista: a Dialogia com o Código de Processo Civil/2015</i>	
– OSVALDO SANTOS DE CARVALHO e VALÉRIO PIMENTA DE MORAIS	681
<i>Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário como Hipótese de Suspensão do Prazo de Prescrição</i>	
– RENATA ELAINE SILVA RICETTI MARQUES	696
<i>O Voto de Qualidade no Processo Administrativo Fiscal</i>	
– RODRIGO BRUNELLI MACHADO	707

PARTE 5 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

<i>Impossibilidade de Decretação de Indisponibilidade de Bens de Sócios e Administradores em Medida Cautelar Fiscal Promovida Antes da Inscrição do Crédito como Dívida Ativa da União</i>	
– ADELMO DA SILVA EMERENCIANO	719

<i>A Modulação de Efeitos em Decisões do STF e os Princípios da Livre Concorrência e da Neutralidade Fiscal</i>	
– ANA LUIZA DE SIQUEIRA CAMPOS	730
<i>Ação de Consignação em Pagamento como Hipótese Suspensiva da Exigibilidade do Crédito Tributário</i>	
– CARLA DE LOURDES GONÇALVES	740
<i>As Súmulas 213 e 461 do STJ e a Súmula 271 do STF, o Mandado de Segurança e a Compensação Tributária: Reflexões em Homenagem ao Professor José Eduardo Soares de Melo</i>	
– CASSIO SCARPINELLA BUENO	748
<i>O Impacto Econômico e a Modulação dos Efeitos das Decisões do STF em Matéria Tributária</i>	
– DENISE LUCENA CAVALCANTE	759
<i>Modelo Constitucional de Processo e Direito à Prova</i>	
– JOÃO BATISTA LOPES	768
<i>Controle de Constitucionalidade e Coisa Julgada – Aspectos Atuais</i>	
– MARCIA SOARES DE MELO	777
<i>Considerações sobre o Habeas Data Interposto para Obter Informações de Tributos Pagos pelo Próprio Contribuinte</i>	
– MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO	788
<i>Coisa Julgada em Matéria Tributária e Relações Jurídicas Continuativas</i>	
– MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES	802
<i>Impactos da “Nova” Conexão no Processamento de Execuções Fiscais e Anulatórias Relativas ao Mesmo Crédito Tributário</i>	
– PAULO CESAR CONRADO	813
<i>Limites à Modulação de Efeitos em Controle Difuso de Constitucionalidade – O Caso do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS</i>	
– PEDRO GUILHERME ACCORSI LUNARDELLI e VANESSA DAMASCENO ROSA SPINA	820
<i>Considerações sobre o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica</i>	
– RENATO LOPES BECHO	826
<i>Principais Implicações do Código de Processo Civil/2015 no Processo Tributário Administrativo e Judicial: Elementos para Estabelecimento de um Diálogo com o Princípio da Segurança Jurídica</i>	
– ROBSON MAIA LINS, FRANCISCO LEOCÁDIO RIBEIRO COUTINHO NETO e GALDERISE FERNANDO TELES	836
<i>A Utilidade da Tutela de Evidência Baseada em Precedentes no Processo Tributário</i>	
– VALDIRENE LOPES FRANHANI	854

PARTE 6 – DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO

<i>Considerações sobre o Princípio da Proporcionalidade na Área Penal: Aplicação Exemplificativa no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo</i>	
– ARGOS CAMPOS RIBEIRO SIMÕES	871
<i>Os Crimes Tributários Frente ao Princípio da Reserva do Código</i>	
– MARIÂNGELA GAMA DE MAGALHÃES GOMES	888
<i>Incidências Penais-Tributárias no Descaminho</i>	
– RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA	901

A Prisão em Segunda Instância (STF, HC 126.292) e a Exigibilidade do Crédito Tributário Após o Primeiro Julgamento Colegiado de Segunda Instância (CTN, art. 151, III)

– WALTER CARLOS CARDOSO HENRIQUE 919

PARTE 7 – DIREITO PRIVADO

Aspectos Relevantes do Universo Legal das Relações entre Empreendedores e Lojistas nos Empreendimentos Denominados Centros de Compras

– ANTONIO BRAGANÇA RETTO 933

Contratos de Comissão e a Caracterização de Estabelecimento Permanente no Brasil de Não Residente

– CARLOS EDUARDO MONTE ALEGRE TORO e CARLOS EDUARDO COSTA M. A. TORO 947

Os Fundos de “Private Equity” nas Operações de Merger&Aquisition/M&A

– FERNANDO BONFÁ DE JESUS 964

Os Requisitos Constantes da Lei das S/A para a Caracterização do Acionista Controlador Frente aos Acordos de Acionistas

– MARCEL GOMES BRAGANÇA RETTO 972

Estado e Internet

– REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA 982

SUMÁRIO (volume 2)

PARTE 1 – TRIBUTOS FEDERAIS

<i>Imposto sobre Renda Consumida x sobre Renda Auferida</i>	
– AGOSTINHO TOFFOLI TAVOLARO	19
<i>A Importância da Modulação dos Novos Impostos em Face da Proposta de Reforma Tributária</i>	
– ALESSANDRO CAVALCANTE SPILBORGHs e NÉLIDA CRISTINA DOS SANTOS	26
<i>Os “DrawBacks” Condicionais: Suspensão e Isenção</i>	
– CRISTIANO CARVALHO e LUCAS TAVARES DOS SANTOS	33
<i>O Benefício da Depreciação Integral dos Bens do Ativo Imobilizado Utilizados na Atividade Rural. O Art. 6º da Medida Provisória 2.159-70/2001. Ativo Representado pela Cultura Canavieira. Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e Contribuição Social sobre o Lucro</i>	
– EDISON AURÉLIO CORAZZA	43
<i>Anotações Acerca do Tratamento Tributário da Receita de Contrato com Cliente (International Financial Reporting Standards/IFRS-Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC 47)</i>	
– EDISON CARLOS FERNANDES e TATIANA MASCHIETTO PUCINELLI	57
<i>A Tributação das Pessoas Físicas Relativamente aos Lucros Auferidos em Sociedades Transparentes Estrangeiras</i>	
– EDUARDO FLEURY	65
<i>O Conceito de Receita Bruta Após a Decisão do RE 574.706-PR e Reflexos de outras Incidências</i>	
– FABIANA DEL PADRE TOMÉ e LUCAS GALVÃO DE BRITTO	81
<i>PIS e COFINS. Não Incidência. Prestação de Serviços. Receitas de Serviços do Exterior</i>	
– FÁBIO SOARES DE MELO	91
<i>Securitização de Créditos, o Regime Fiduciário e a Possibilidade do Aproveitamento dos Créditos Tributários</i>	
– FAISSAL YUNES JR.	103
<i>Confronto entre a Valoração Aduaneira e o Subfaturamento: Pontos Críticos de Distinção e Convergência</i>	
– FELIPPE ALEXANDRE RAMOS BREDa	112
<i>Tributação sobre a Receita</i>	
– FERNANDO L. LOBO D’EÇA	126
<i>A Inconstitucionalidade da Tributação da Receita</i>	
– GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO e LUIZ CARLOS MARQUES SIMÕES	140
<i>A Sistemática da Tributação das Subvenções e Incentivos Fiscais pelo IRPJ/CSLL e pelo PIS/COFINS – Proposta de Novos Critérios Jurídicos</i>	
– HALLEY HENARES NETO	155
<i>Limites Constitucionais à Equiparação de Estabelecimento Industrial no IPI</i>	
– HELENO TAVEIRA TÔRRES	165
<i>Possibilidade de Compensação, com o IRPJ e a CSSL Devidos no Brasil, do Total das Estimativas de Imposto de Renda Pagas no Exterior</i>	
– IGOR MAULER SANTIAGO	191

<i>Créditos de PIS e COFINS nas Operações com Frete</i>	
– ISABELA BONFÁ DE JESUS e RICARDO BONFÁ DE JESUS	200
<i>Reflexões sobre a Dupla Tributação Nacional e Internacional</i>	
– JOÃO FRANCISCO BIANCO e FABIANA CARSONI ALVES FERNANDES DA SILVA	207
<i>Irrelevância do Registro Contábil para Apuração da “Receita” como Base de Incidência de Contribuições (PIS-COFINS)</i>	
– JOSÉ ANTONIO MINATEL e GUSTAVO FRONER MINATEL	217
<i>Investimentos Diretos de Pessoas Físicas no Exterior: Resgates de Capital, Distribuição de Lucros e a Questão da Variação Cambial</i>	
– JOSÉ CARLOS DA MATTA RIVITTI e RAPHAEL ASSEF LAVEZ	227
<i>A Isenção da COFINS para as Entidades Sem Fins Lucrativos</i>	
– LUIZ ANTONIO CALDEIRA MIRETTI	241
<i>Quatro Inconstitucionalidades em um Único Imposto</i>	
– LUIZ FRANCISCO LIPPO e MARIA JOSÉ SOARES BONETTI	248
<i>Materialidade do Imposto sobre a Renda</i>	
– LUIZA NAGIB	261
<i>Tributação sobre a Renda e Fidelidade à Constituição: a Inadequação da Incidência sobre Ganhos de Capital e a Dedutibilidade dos Prejuízos Acumulados</i>	
– MISABEL ABREU MACHADO DERZI	270
<i>Rediscutindo o Modelo Constitucional das Contribuições Especiais à Luz das Emendas à Constituição Federal/1988</i>	
– PAULO ROBERTO LYRIO PIMENTA	285
<i>Da Não Inclusão do ICMS nas Bases de Cálculo das Contribuições do PIS e da COFINS – Reflexos da Decisão do STF</i>	
– RENATO SODERO UNGARETTI	294
<i>Conceito Constitucional de Receita</i>	
– SCHUBERT DE FARIAS MACHADO	304

PARTE 2 – TRIBUTOS ESTADUAIS

<i>O Convênio ICMS-52/2017 e a Indevida Inclusão no Regime de Substituição Tributária “Para Frente” de Mercadorias que Podem ser Utilizadas como Insumos</i>	
– ALESSANDRA CHÉR	323
<i>Estudo de Caso – Ilegais Limites ao Creditamento de ICMS Instituídos por Minas Gerais</i>	
– ALESSANDRO MENDES CARDOSO	338
<i>O ICMS sobre o Transporte de Carga Intermunicipal e/ou Interestadual Até o Porto para Exportação e a Posição do STF</i>	
– ANDRÉ FELIX RICOTTA DE OLIVEIRA	355
<i>O Cálculo por Dentro do ICMS: Entre a Indesejada Tradição e a Inconstitucional Inovação</i>	
– ANDRÉ MENDES MOREIRA e ALICE GONTIJO SANTOS TEIXEIRA	366
<i>Invasão da Competência Tributária do Município, quanto aos Serviços de Armazenagem, pelo Estado de São Paulo, Impondo-lhe o ICMS</i>	
– ANGELA MARIA DA MOTTA PACHECO	376
<i>Substituição Tributária: uma Grande Desculpa da Modernidade para Resolver a Necessidade de Caixa dos Estados</i>	
– CELSO ALVES FEITOSA	395
<i>Os Conflitos de Competência e a Emenda Constitucional 87/2015</i>	
– EDUARDO BORGES e CLÓVIS GIMENES	416

ICMS – Um Tributo Mercantil	
– EDVALDO BRITO	423
Novo ICMS do Mato Grosso: a Simplicidade é a Maior das Sofisticações	
– EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI	444
Ilegalidade da Inclusão dos Royalties na Base de Cálculo do ICMS-Substituição Tributária	
– FÁBIO NIEVES BARREIRA	449
A Valoração das Quotas Sociais na Apuração do ITCMD Paulista	
– FERNANDO BRANDÃO WHITAKER	459
A Glosa de Créditos do ICMS e a Prévia Declaração de Inconstitucionalidade de Incentivos Fiscais: uma Leitura da Lei Paulista 6.374/1989	
– HELCIO HONDA e MARIA FERNANDA CAVALCANTI SILVA	465
Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis”: Lições da Antiguidade Romana à Contemporaneidade	
– HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO e RAQUEL CAVALCANTI RAMOS MACHADO	473
A Não Cumulatividade do ICMS: uma Abordagem Constitucional e Legal	
– HUMBERTO ÁVILA	486
A Restituição do ICMS-Substituição Tributária (ICMS-ST) nas Vendas a Valor Inferior ao Presumido: Breve Análise dos Impactos do Novo Entendimento do STF	
– JOÃO DÁCIO ROLIM e FABIANA LEÃO DE MELO	511
ISS. Agenciamento de Mão de Obra Temporária. Atividade-Fim da Empresa Prestadora de Serviços. Base de Cálculo. Preço do Serviço: Só a Taxa de Agenciamento, Não se Somando a tal Base de Cálculo os Valores Referentes aos Salários e aos Encargos Sociais	
– JOSÉ AUGUSTO DELGADO	527
O Estado de São Paulo e a Guerra Fiscal: Cobrança do ICMS Desonerado pelo Estado de Origem	
– JÚLIO M. DE OLIVEIRA e GABRIEL CALDIRON REZENDE	566
A Lei de Repatriação e a Invasão da Competência dos Estados: IR x ITCMD	
– LEANDRO PAULSEN e AMALIA DA SILVEIRA GEWEHR	586
Conflito de Incidências do ICMS e ISS nas Prestações de Serviços Ocorridas no Âmbito da Internet e o Desarranjo do Modelo Constitucional de Distribuição de Competências Tributárias e Transferências Intergovernamentais	
– LUCIANO GARCIA MIGUEL	600
ICMS e Lançamento de Ofício: Controvérsias Acerca do Início de seu Prazo	
– LUÍS EDUARDO SCHOUEIRI e GUILHERME GALDINO	615
A Emenda 87/2015, suas Alterações na Sistemática do ICMS e a Questão das Operações Presenciais	
– MARCELO VIANA SALOMÃO	635
ICMS-Importação e Imunidade Tributária das Entidades de Assistência Social	
– MAUREN GOMES BRAGANÇA RETTO	649
Convênio ICMS-54/2016 – Suas Inconstitucionalidades – Questões Conexas	
– ROQUE ANTONIO CARRAZZA e ELIZABETH NAZAR CARRAZZA	658
A Não Caracterização dos Incentivos Fiscais de ICMS que se Apresentam como “Crédito Presumido” como Receitas Tributáveis pelo PIS e pela COFINS	
– SUZY GOMES HOFFMANN	695
A Polêmica Controvérsia Acerca do Aproveitamento dos Créditos de ICMS na Aquisição de Bens Essenciais ao Processo Produtivo	
– VALTER DE SOUZA LOBATO e MATHEUS SOARES LEITE	707

PARTE 3 – TRIBUTOS MUNICIPAIS

<i>Retenção na Fonte do ISS</i>	
– ADRIANA MANNI PERES	725
<i>A Saga do ISS da Construção Civil no Município de São Paulo</i>	
– ALEXANDRE TADEU NAVARRO PEREIRA GONÇALVES	733
<i>ISS – Alterações Promovidas pela Lei Complementar 157/2016</i>	
– ALLAN MORAES	758
<i>A Tributação dos Serviços Gráficos</i>	
– ANIS KFOURI JR.	770
<i>A Reforma do ISS Promovida pela Lei Complementar 157/2016</i>	
– BETINA TREIGER GRUPENMACHER	780
<i>Taxa Municipal de Coleta de Lixo – O “Art. 149-B” da CF e o Princípio da Retributividade</i>	
– CECÍLIA PRISCILA DE SOUZA e FERNANDO GOMES FAVACHO	796
<i>Da Não Incidência do ISS sobre os Ingressos Havidos nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar</i>	
– FÁBIO JUNQUEIRA DE CARVALHO e MARIA INÊS MURGEL	811
<i>Insegurança Jurídica no Âmbito do ISS</i>	
– GUSTAVO BRIGAGÃO	824
<i>O Regime Jurídico dos Incentivos Fiscais e as Primeiras Impressões sobre a Lei Complementar 160/2017. Fim da Guerra Fiscal ou Paz Armada?</i>	
– JOÃO ALVES DE MELO JR.	837
<i>A Definição do Conceito de Serviços no Plano Internacional e sua Influência no ISS: uma Análise Pós-RE 651.703</i>	
– JONATHAN BARROS VITA	850
<i>Considerações sobre o ISS</i>	
– JOSÉ ANTONIO BALIEIRO LIMA	860
<i>Ainda sobre a Revogação dos Vetos da Lei Complementar 157/2016 – Análise do Impacto nas Empresas Administradoras de Cartões de Crédito e Débito</i>	
– JOSÉ EDUARDO TELLINI TOLEDO	869
<i>ISS. Temas Controvertidos</i>	
– KIYOSHI HARADA	879
<i>A Veiculação de Publicidade na Internet e a Lei Complementar 157/2016</i>	
– MARIA DO ROSÁRIO ESTEVES	891
<i>Incidência do ISS sobre Streaming e Disponibilização de Áudio e Vídeo pela Internet – Lei Complementar 157/2016</i>	
– MARIA RITA GRADILONE SAMPAIO LUNARDELLI	902
<i>Conceito de Serviços para Fins de Incidência do ISS e a Decisão do STF que Concluiu pela Incidência desse Tributo sobre Operações de Plano de Saúde</i>	
– MAURÍCIO PEREIRA FARO e THAIS DE BARROS MEIRA	911
<i>Serviço de Monitoramento e Rastreamento de Veículos e de Pessoas. Pressupostos para sua Incidência</i>	
– NEIVA APARECIDA BAYLON	926
<i>O ISS e a Cessão de Jazigos em Cemitérios Particulares</i>	
– PAULO AYRES BARRETO	936
<i>Jurisprudência do STF e a Localização do Fato Gerador do ISS no Espaço – O Caso dos Serviços de Análises Clínicas</i>	
– RENATO NUNES e CAROLINA PASCHOALINI	946
<i>A Exportação de Serviços e o Parecer Normativo 4/2016 do Município de São Paulo</i>	
– SIMONE RODRIGUES COSTA BARRETO	957